

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**Câmara Municipal de**
MaceióARQUIVO
DISPONIBILIZADO PELO
SITE.Validação:
<https://www.maceio.al.leg.br/>**ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ**
LEI DELEGADA Nº. 014 MACEIÓ/AL, 04 DE JULHO DE 2025.

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E ORGANIZA A COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO, DEFESA CIVIL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

Faço saber que, no uso da delegação conferida pela Câmara Municipal de Maceió, nos termos do Decreto Legislativo nº 1.143, de 03 de janeiro de 2025, promulgo esta Lei Delegada:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMDEC), vinculado a Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa Civil e Mudanças Climáticas com a finalidade de prover recursos financeiros para a execução de ações de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação no âmbito da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º Constituem receitas do FUMDEC:

- I - dotações orçamentárias próprias do Município de Maceió;
- II - transferências de recursos da União, do Estado de Alagoas e de outros entes federativos, destinadas à proteção e à defesa civil;
- III - repasses do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP);
- IV - recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e parcerias firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- V - doações, auxílios, subvenções e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- VI - receitas decorrentes da arrecadação de taxas municipais e da aplicação de multas relativas à área de defesa civil;
- VII - saldos financeiros de exercícios anteriores e demais receitas eventuais legalmente incorporáveis ao Fundo.

Art. 3º Os recursos do FUMDEC serão aplicados exclusivamente no custeio de ações, programas, projetos, obras e serviços voltados:

- I - à redução dos riscos de desastres e ao fortalecimento da resiliência dos territórios;
- II - ao monitoramento e à vigilância de áreas de risco;
- III - à execução de obras de prevenção e infraestrutura resiliente;
- IV - ao apoio às populações atingidas por desastres naturais ou tecnológicos;
- V - à capacitação de agentes públicos e comunitários em defesa civil;
- VI - à aquisição de equipamentos, insumos, veículos e materiais de uso específico para ações de defesa civil;
- VII - à manutenção e operacionalização da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

Art. 4º A gestão do FUMDEC será exercida pela COMPDEC, cabendo-lhe:

- I - elaborar o plano de aplicação dos recursos, com base nas diretrizes da Política Municipal e Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- II - prestar contas dos recursos recebidos e utilizados, observadas as normas da legislação orçamentária e financeira vigente;
- III - publicar, anualmente, relatório circunstanciado das atividades e da execução orçamentária e financeira do Fundo.

Parágrafo Único. O Decreto disporá, sobre composição, funcionamento e demais atribuições do Conselho.

Art. 5º O FUMDEC terá contabilidade própria e será submetido à fiscalização dos órgãos de controle.



Art. 6º Os recursos do FUMDEC não utilizados ao final de cada exercício financeiro serão automaticamente reprogramados para o exercício seguinte.

Art. 7º A Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa Civil e Mudanças Climáticas, órgão integrante da estrutura da Prefeitura Municipal de Maceió, vinculado ao Gabinete Civil, com autonomia orçamentária e finalística, tem por finalidade coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) no âmbito do território municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e a Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Art. 8º A Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa Civil e Mudanças Climáticas atuará com base nos princípios da prevenção, preparação, resposta e recuperação, priorizando as ações preventivas e a proteção da vida humana, com especial atenção às populações em situação de vulnerabilidade social e às áreas de risco de desastres.

Art. 9º Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa Civil e Mudanças Climáticas, nas ações de:

I – planejamento e coordenação:

- a) executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no âmbito municipal;
- b) coordenar as ações do SINPDEC em âmbito local, articulando-se com os órgãos estaduais e federais;
- c) incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal, integrando-as aos instrumentos de planejamento urbano;
- d) elaborar e atualizar o Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

II - identificação e mapeamento de riscos:

- a) identificar e mapear as áreas de risco de desastres no território municipal;
- b) elaborar mapeamento das áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;
- c) monitorar continuamente as condições meteorológicas, hidrológicas e geotécnicas que possam resultar em desastres;
- d) Manter atualizado o cadastro de áreas de risco e população vulnerável.

III - fiscalização e controle:

- a) promover a fiscalização das áreas de risco de desastre desestimulando novas ocupações nessas áreas;
- b) vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando necessário, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
- c) criar mecanismos de controle e fiscalização para evitar edificações em áreas suscetíveis à ocorrência de desastres;
- d) aplicar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das normas de proteção e defesa civil;
- e) exercer o poder de polícia administrativa em matérias relacionadas à prevenção de desastres.

Art. 10. No exercício de suas atribuições específicas, compete ainda a Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa Civil e Mudanças Climáticas:

I - sugerir a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no município;

II - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta;

III - produzir e divulgar alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres;

IV - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

V - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, organizações não governamentais e associações comunitárias nas ações do SINPDEC;

VI - promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades;

VII - organizar e manter os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs);

VIII - promover a coleta, distribuição e controle de suprimentos em situações de desastre;



- IX - coordenar as ações de evacuação preventiva e de emergência;
X - ativar e coordenar o Centro de Operações de Emergência (COE);
XI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres;
XII - coordenar as ações de busca, salvamento e atendimento médico de emergência;
XIII - identificar e acompanhar famílias em situação de risco socioambiental iminente, especialmente aquelas residentes em áreas de risco geológico, hidrológico, estrutural ou climático, promovendo sua inclusão em programas preventivos de apoio e proteção social;
XIV - conceder, mediante critérios técnicos e avaliação socioeconômica, auxílio-moradia provisório preventivo às famílias que necessitem ser removidas preventivamente de áreas de risco, até que possam retornar com segurança à moradia de origem ou sejam reassentadas de forma definitiva por meio de políticas habitacionais;
XV - articular-se com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional e demais órgãos competentes para garantir o encaminhamento adequado dessas famílias a programas de habitação, transferência de renda ou suporte psicossocial, conforme o caso;
XVI - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
XVII - coordenar as ações de recuperação e reconstrução das áreas afetadas;
XVIII - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
XIX - elaborar relatórios técnicos sobre os eventos ocorridos e as ações implementadas;
XX - promover a análise dos eventos para aprimoramento futuro das ações preventivas;
XXI - desenvolver programas de educação para redução de riscos de desastres

§1º A concessão do auxílio-moradia provisório preventivo será regulamentada por decreto, que estabelecerá os critérios de elegibilidade, valores, duração, formas de pagamento e fiscalização do benefício.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado, na forma do art. 26, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a conceder o benefício previsto no inciso XIV, do *caput*, deste artigo.

Art. 11. No âmbito da adaptação às mudanças climáticas, compete à Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa Civil e Mudanças Climáticas:

- I - integrar cenários climáticos futuros no planejamento municipal de proteção e defesa civil;
II - promover a implementação de soluções baseadas na natureza para redução de riscos;
III - coordenar ações de adaptação da infraestrutura urbana aos eventos climáticos extremos;
IV - desenvolver sistemas de alerta precoce adaptados às condições climáticas locais;
V - promover a educação e conscientização sobre mudanças climáticas e seus impactos;
VI - integrar-se às redes nacionais e internacionais de cidades resilientes;
VII - fiscalizar, vistoriar e avaliar empreendimentos, edificações, intervenções urbanas, rurais ou ambientais que apresentem risco atual ou potencial à segurança da população, ao meio ambiente, ou que contrariem as normas de proteção civil, uso e ocupação do solo e prevenção de desastres;
VIII - aplicar sanções administrativas nos termos da legislação vigente, incluindo advertências, multas, interdições, embargos e demolições, quando identificadas infrações ou situações que representem risco iminente ou agravamento de vulnerabilidade socioambiental;
IX - lavrar autos de infração e instaurar processos administrativos sancionatórios relacionados à prevenção de desastres, ocupação indevida de áreas de risco, degradação ambiental com impacto sobre a segurança da população ou descumprimento de normas climáticas e de resiliência urbana;
X - requisitar apoio de órgãos municipais, estaduais ou federais, inclusive da força policial, para garantir a eficácia de suas ações fiscalizatórias e de contenção de riscos.

08/07/2025, 17:23

Prefeitura Municipal de Maceió

Art. 12. No exercício do poder de polícia administrativa, compete à Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa Civil e Mudanças Climáticas:

- I - realizar vistorias técnicas em edificações e áreas de risco;
- II - emitir laudos técnicos sobre condições de segurança e habitabilidade;
- III - determinar medidas corretivas para redução de riscos;
- IV - estabelecer condicionantes para ocupação de áreas vulneráveis;
- V - participar do processo de licenciamento de empreendimentos em áreas de risco;
- VI - embargar obras em áreas de risco ou em desconformidade com normas de segurança;
- VII - determinar a evacuação preventiva de áreas em situação de risco iminente;
- VIII - interditar edificações que apresentem risco à segurança;
- IX - aplicar sanções administrativas pelo descumprimento de normas de proteção e defesa civil;
- X - promover a remoção de ocupações irregulares em áreas de risco;
- XI - cobrar taxa de vistoria de defesa civil, nos termos da legislação municipal específica;
- XII - estabelecer critérios técnicos para classificação de riscos e determinação de valores;
- XIII - conceder isenções conforme critérios socioeconômicos estabelecidos.

Art. 13. A Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa Civil e Mudanças Climáticas deverá elaborar e manter atualizados os seguintes instrumentos:

- I - Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil
- II - Planos específicos por tipo de evento (inundações, deslizamentos, eventos costeiros)
- III - Protocolos operacionais padronizados
- IV - Manuais de procedimentos
- V - Cadastro de áreas de risco e população vulnerável

Art. 14. A estrutura organizacional da COMPDEC será regulamentada por Decreto.

Art. 15. Esta Lei Delegada entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 04 de Julho de 2025.

JHC

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:43A25B3A

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 07/07/2025. Edição 7201a
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>

Câmara Municipal de
Maceió

ARQUIVO
DISPONIBILIZADO PELO
SITE.

Validação:
<https://www.maceio.al.leg.br/>

